

A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos¹

Mireya E. Valencia Perafán

Doutora em Ciências Sociais do Centro de Estudos Comparados das Américas-CEPPAC/UnB. Professora da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária -FAV e do Centro de Pesquisa em Gestão, Inovação e Sustentabilidade - CPGIS da Faculdade de Contabilidade, Economia e Administração da Universidade de Brasília (UnB)
e-mail: mireya@unb.br.

Maria Inez Machado Telles Walter

Doutora em Ciências Sociais do Centro de Estudos Comparados das Américas-CEPPAC/UnB Sociais. Aposentada, Estatística, Analista de Tecnologia da Informação (UnB)
e-mail: minez@unb.br

Resumo

No Brasil, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), é executada a política de desenvolvimento rural com enfoque territorial apresentando-se como alternativa aos esgotados modelos de desenvolvimento das últimas cinco décadas. Estes novos enfoques, implicam novas metodologias para mensurar as condições de vida de suas populações e, à sua vez, avaliar o desempenho das políticas públicas. Sob esta perspectiva, o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com 27 universidades públicas, avaliou as condições de vida de mais de 10.000 famílias localizadas em 37 territórios rurais aplicando o Índice de Condições de Vida (ICV), com metodologia da Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Destacam-se a percepção positiva sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias, a diversificação da renda e a baixa avaliação dos serviços institucionais. O objetivo deste artigo é discutir o ICV como um instrumento de mensuração da qualidade de vida rural e os resultados sobre a mudança na renda das famílias rurais que podem mudar a percepção delas sobre suas condições de vida.

Palavras chave: Territórios; rural; desenvolvimento; condições de vida; avaliação.

Abstract

The perception of living conditions for population of rural areas, in addition to analyzes the performance of production systems

In Brazil, in the Ministry of Agrarian Development (MDA), the rural development policy with a territorial approach is performed presenting itself as an alternative to the exhausted development models of the past five decades. These new approaches require new methodologies to measure the living conditions of their populations and, in turn, assess the performance of public policies. From this perspective, the MDA and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq), in partnership with 27 public universities, evaluated the living conditions of more than 10,000 families living in 37 rural areas by applying the Living Conditions Index (ICV), with the methodology of the Federal University of Rio Grande do Sul. The highlights are the positive perception of the effects of development in

¹ Os resultados sobre o índice de condições de vida faz parte de um grupo de pesquisas realizadas em 2010 financiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil em parceria com o CNPq e 27 Universidades Públicas.

the face of other instances, the diversification of income and the low valuation of institutional services. The purpose of this article is to discuss the ICV as an instrument for measuring the quality of rural life and the results of the change in the income of rural households that can change their perception about their living conditions.

Key words: Territory; rural; life conditions; development; assessment.

Resumen

La percepción de las condiciones de vida por las poblaciones de los territorios rurales, más allá de los análisis sobre el desempeño de los sistemas productivos

En el Brasil, en el ámbito del Ministerio de Desarrollo Agrario (MDA), es ejecutada la política de desarrollo rural con enfoque territorial presentándose como una alternativa a los agotados modelos de desarrollo rural con enfoque territorial de las últimas cinco décadas. Estos nuevos enfoques implican nuevas metodologías para medir las condiciones de vida de sus poblaciones y, a la vez, evaluar el desempeño de las políticas públicas. Bajo esta perspectiva, el MDA y el Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico (CNPq), en sociedad con 27 universidades públicas, evaluó las condiciones de vida de más de 10.000 familias localizadas en 37 territorios rurales aplicando el índice de condiciones de Vida (ICV), con metodología de la Universidad Federal de Rio Grande del Sur. Se destacan la percepción positiva sobre los efectos del desarrollo frente a las demás instancias, la diversificación de la renta y la baja evaluación de los servicios institucionales. El objetivo de este artículo es discutir el instrumento de medición de calidad de vida rural y los resultados sobre el cambio en la renta de las familias rurales que pueden cambiar la percepción de ellas sobre sus condiciones de vida.

Palavras chave: Territórios; rural; desarrollo; condiciones de vida; evaluación.

Introdução

Na atualidade, à luz das políticas do Governo Federal para diminuir a pobreza e as desigualdades de renda, são comuns os alertas das ciências econômicas e sociais sobre a necessidade de compreender os processos de desenvolvimento além do crescimento econômico. Essa discussão não é nova, mas ressurgiu quando os indicadores divulgados pelas instâncias governamentais, atrelados às mensagens sobre o cumprimento de metas de governo, focam principalmente a redução da desigualdade de renda entre as famílias brasileiras.

A noção de desenvolvimento humano de finais da década de 1990, cuja institucionalização viu-se favorecida pela divulgação e generalização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), contrapõe-se às mensurações do desenvolvimento somente a partir do Produto Interno Bruto (PIB). Apesar do ceticismo de especialistas como Amartya Sen sobre a capacidade desse tipo de indicadores sintéticos de informar sobre os complexos processos do desenvolvimento, o IDH sinaliza a situação de dimensões sociais e econômicas básicas para a qualidade de vida das populações.

No relatório elaborado por Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009, p.9), sobre a medida de desempenho econômico e progresso social, esses especialistas afirmam que os indicadores estatísticos *são realmente importantes para a concepção e avaliação das políticas que visam a assegurar o progresso das sociedades, assim como avaliar o funcionamento dos mercados e influenciá-lo*, e que aquilo que se mede tem influência sobre aquilo que se faz. Dessa maneira, enfatiza-se a necessidade de se pensar indicadores que sejam, de um lado, coerentes com as propostas de desenvolvimento que os governos impulsionam e, de outro, que consigam medir percepções que as sociedades têm de suas realidades.

Frente a este último ponto, alerta-se sobre a escolha e uso apropriado dos conceitos. Para Sen (1998), as sociedades atuais deveriam ter a liberdade de escolha para combater suas privações, destituições e opressões sendo, dessa maneira, a liberdade o meio e o fim do desenvolvimento. Em termos concretos, essa ideia é proposta por Sen como as capacidades das pessoas para realizar seus funcionamentos e, dessa forma, alcançar suas realizações. Favareto (2007) conclui que por trás da teoria de Sen está a contestação ao auto interesse como principal motivador das ações dos indivíduos duvidando das atitudes maximizadoras postuladas pela teoria neoclássica para explicar seu comportamento.

Neste artigo, a partir das análises dos resultados do ICV, destaca-se a percepção positiva das famílias rurais sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias, a diversificação da renda e a baixa avaliação dos serviços institucionais. Para discutir estes resultados este texto está constituído por quatro partes, esta primeira que corresponde à introdução; uma segunda onde se apresenta o referencial teórico que respalda a construção do ICV; na terceira sintetizam-se os resultados obtidos, sobretudo, no que diz respeito à percepção das famílias frente a cada uma das instâncias do índice e sua relação com as fontes de renda. Neste último ponto a análise focou-se nas 7.964 propriedades, das mais de 10.000 visitadas, que tinham algum tipo de produção e que representam 79% da amostra. A última e quarta parte do texto corresponde às considerações finais nas quais as autoras destacam a percepção sobre as diferentes instâncias por parte das famílias rurais e sua relação com o referencial teórico utilizado e levantam alguns questionamentos sobre os indicadores subjetivos defendendo que a percepção sobre as condições de vida está fortemente influenciado pelo contexto.

Mensuração das Condições de Vida da população rural: de que estamos falando?

Tendo como principal referencial os trabalhos de Amartya Sen, a Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul (FAURGS), a pedido do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA) elaborou o Índice de Condições de Vida (ICV).

Para isto, uma equipe de pesquisadores da Fundação fez um amplo levantamento bibliográfico sobre índices utilizados no acompanhamento e avaliação das condições de vida das pessoas ou famílias permitindo-lhes identificar elementos que poderiam ser apropriados para a construção do ICV. Um primeiro elemento está relacionado com a fonte de dados a qual, para o caso do ICV, deveria ser primária e coletada a partir da aplicação de um questionário a famílias rurais, similar ao índice de qualidade de vida utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) conhecido como World Health Organization Quality of Life Index (WHOQOL). Desta forma, seria possível fazer análises comparativas ao longo do tempo e também entre territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários.

Um segundo elemento e, na mesma linha do mencionado índice da OMS, é o tipo de agregação dos indicadores qualitativos que seria feito a partir das respostas dos entrevistados a cada uma das questões numa escalas de 1 a 5. Na composição dos indicadores, é necessário que as medidas de grandeza sejam compatíveis. Assim, um indicador social que congregue, por exemplo, esperança de vida em anos, taxa de mortalidade infantil em óbitos por mil habitantes e rendimento em reais devem ser transformados para que todos sejam medidos em uma mesma escala, conferindo ao indicador o atributo da comensurabilidade (Scandar Neto et al, 2008, p. 9).

No caso do ICV, todos os 24 indicadores primários que o compõem foram registrados em uma escala de 1 a 5 que denota, no ponto mínimo, a situação péssima ou mais desfavorável e, no ponto máximo, a situação ótima ou mais favorável.

Outro elemento considerado na construção do ICV foi o recorte geográfico. A maioria de índices estudados pela Fundação da UFRGS tinha um foco urbano o que levava a identificar indicadores que lhes permitisse de fato mensurar a diversidade dos modos de vida rural. Ligado a este ponto e de igual relevância colocou-se como eixo central para a elaboração do índice a multidimensionalidade característica dos processos de desenvolvimento. Conforme a Fundação detalha em seu relatório de 2007, até a década de 1990 eram comuns os trabalhos fundamentados na dimensão econômica e dentro desta a renda. Mas, pelas críticas à insuficiência das análises unidimensionais, foram propostas novas formas de avaliação e comparação envolvendo as dimensões social, ambiental, cultural e político-cultural, além da econômica (FAURGS, 2007).

Cientes da complexidade deste enfoque multidimensional e, sobretudo, visando responder à sobreposição de dimensões que pode se apresentar nesta abordagem como também à dificuldade de diferenciar os meios dos fins, a Professora Ângela Kageyama, integrante do grupo de pesquisa, sugeriu a organização do índice em três instâncias: os fatores que condicionam o desenvolvimento, as características do desenvolvimento e os seus efeitos econômicos e sociais. Esta proposta guarda uma importante proximidade com a

Abordagem de Capacidades construída por Amartya Sen com a qual pode-se tentar responder a dois dilemas fundamentais que envolvem o desenvolvimento, quais são: “*se desenvolvimento não se reduz a crescimento, então quais são suas dimensões empíricas fundamentais?*” e “*se são varias as dimensões como elas se compõem o conflitam, quais delas são um fim do processo de desenvolvimento e quais os meios para atingi-lo?*” (Favareto, 2007, p.61).

Sen (2000) concebe o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades reais de que disfrutam os indivíduos. Em relação ao crescimento o autor nos adverte que “*la utilidade de la riqueza reside en las cosas que nos permite hacer, es decir, en las libertades fundamentales que nos ayuda a conseguir*” (SEN, 2000, p.30). Neste sentido, não é razoável conceber o crescimento como um fim em se mesmo. A expansão das liberdades são ao mesmo tempo o meio e o fim dos processos de desenvolvimento cumprindo, respectivamente, um papel constitutivo e instrumental onde, desde a perspectiva constitutiva, o desenvolvimento implica reconhecer as liberdades fundamentais para o enriquecimento da vida humanada (poder evitar privações como a inanição, desnutrição, mortalidade prematura, ter liberdades relacionadas com a capacidade de ler, escrever ou participação política). De outro lado, a perspectiva instrumental da liberdade refere-se à maneira em que contribuem os diferentes tipos de direitos e oportunidades a sua expansão (SEN, 2000).

A partir desta discussão sobre os meios e fins para a análise e compreensão do desenvolvimento o premio Nobel de Economia propõe três conceitos interligados que constituem o ferramental analítico de sua proposta teórica. Estes são: intitulamentos, funcionamentos e capacidades. Os primeiros dizem respeito aos meios para atingir certos fins (condições para fazer escolhas) e estão mediados pelo ordenamento legal, político e econômico (FAURGS, 2007).

A Abordagem das Capacitações procura avaliar justamente a capacidade (liberdade) de escolha. Segundo esta perspectiva, a capacidade de escolha está ligada à qualidade de vida das pessoas. Desta forma, é possível captar elementos importantes, tais como: heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variações no clima social, diferença de perspectivas relativas e distribuições intrafamiliares (FAURGS, 2007, p.10).

Dos funcionamentos, nas palavras de Sen (2001), é feita nossa existência, são o ‘ser’ e o ‘fazer’ da pessoa isto é desde estar bem nutrido, ter boa saúde, até ser feliz, fazer parte da vida da comunidade, ter respeito próprio, entre outras (FAURGS, 2007). Interligada a esta noção está a de capacidades que os indivíduos têm para realizar os funcionamentos. Desde o ponto de vista avaliativo, pode-se medir e comparar a capacidade de escolher e realizar os funcionamentos pelos próprios indivíduos em sua diversidade (FAVARETO, 2007).

Como antes dito, com base nestes conceitos da abordagem das capacitações a equipe de pesquisadores da FURGS se aproximaram das três instancias propostas por Kageyama para construir o indicador sintético ICV, conforme explicam a seguir:

A primeira instância, que se refere aos fatores que favorecem ou condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas, enfim esta primeira instância está ligada aos intitamentos propostos por Amartya Sen. Já a segunda instância, que se refere às características do desenvolvimento, pode ser relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins, dos intitamentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância, correspondente aos efeitos econômicos e sociais (e aqui podemos incluir outras dimensões, como política, cultural e ambiental), esta sim está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias (FAURGS, 2007, p.11).

Como detalhado no Quadro 1, a primeira instancia, fatores do desenvolvimento, inclui avaliações sobre qualidade da mão de obra, área da produção, escolaridade, moradia, acesso a políticas públicas, acesso a crédito e assistência técnica, além da presença de instituições de desenvolvimento rural. A segunda instância, características do desenvolvimento, abrange renda, produtividade do trabalho e da terra, diversificação da produção, uso e preservação dos recursos naturais. E, por fim a terceira é composta de uma avaliação da saúde, do estado nutricional, a permanência dos membros da família na propriedade, melhorias econômicas e ambientais, participação política, social e cultural.

Quadro 1: Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida das famílias rurais

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitamentos)	Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	Área da unidade de produção familiar
	Escolaridade
	Condições da moradia
	Acesso a mercados
	Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)
	Acesso a crédito e assistência técnica
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
	Renda familiar
	Produtividade do trabalho
	Produtividade da terra
	Diversificação da produção agrícola
	Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar
	Uso e preservação dos recursos naturais: água
	Uso e preservação dos recursos naturais: solo
Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa	
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	Estar bem alimentado / nutrido
	Ter boa saúde
	Permanência dos membros da família da unidade de produção
	Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade

Instâncias	Indicadores
	Participação social (cooperativas, associações)
	Participação política (eleições, conselhos, assembleias)
	Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)

Fonte: MDA/SDT/SGE, 2010.

Desta forma o ICV é concebido como um instrumento de análise e acompanhamento das condições de vida das famílias nos Territórios Rurais para representar as mudanças percebidas, em termos das condições de vida e da percepção (ou não) das mudanças, em suas múltiplas dimensões.

Para isto não se perguntou sobre o valor da renda familiar (que pode ser informada com imprecisão ou viés), mas se a renda é suficiente para viver de forma adequada. Em vez de perguntar qual a produtividade da área naquele ano específico (novamente de difícil mensuração ou sujeita à imprecisão), é indagado se, para ele, a produtividade da área está boa (BRASIL, 2010). As respostas são claramente subjetivas, mas expressam percepções dos indivíduos sobre cada um dos 24 indicadores que compõem o ICV.

Na aplicação deste índice o que importa é o ponto de vista dos entrevistados, a avaliação feita por eles sobre os diversos aspectos que compõem o instrumento de captação de dados (FAURGS, 2007).

A pesquisa de campo foi realizada mediante a aplicação do questionário em domicílios rurais² o qual se elaborou a partir das três instâncias e 24 indicadores que compõem o ICV. Foram incluídos ainda alguns quesitos de identificação do respondente e da família que ele representa, como forma de delinear um perfil da população do Território. Houve ainda quesitos que identificaram o modo de produção rural, se existe e se é familiar ou não. Para cada Território Rural foi definida uma amostra probabilística, estabelecendo-se a quantidade de unidades a pesquisar, onde e como aplicar os questionários.

O cálculo do ICV se faz em três fases. Primeiro, obtém-se a média aritmética dos escores de cada indicador primário, com dados obtidos pela aplicação de instrumento a uma amostra de domicílios rurais. Como o ICV é composto por três Instâncias de oito indicadores primários cada, calcula-se novamente a média aritmética dos oito indicadores de cada instância, resultando em três médias, uma por Instância. O terceiro passo é o cálculo da média harmônica das médias das três Instâncias, sendo esse o resultado final do ICV. Logo, o método de aglutinação dos indicadores primários do ICV é a média aritmética simples na primeira fase e depois a média harmônica das três médias das instâncias.

² Domicílios rurais: domicílios ou estabelecimentos em que habita um grupo familiar – proprietário ou não, formal ou não, havendo ou não produção ou atividade agrícola. Referem-se, portanto, à área de trabalho ou de moradia da família. Os domicílios rurais serão divididos em dois grupos: 1) COM produção e 2) SEM produção. Os casos com produção são classificados como agricultura familiar se atendem simultaneamente aos critérios estabelecidos na Lei 11.326, de 24/7/2006.

Resultados da mensuração do Índice de Condições de Vida

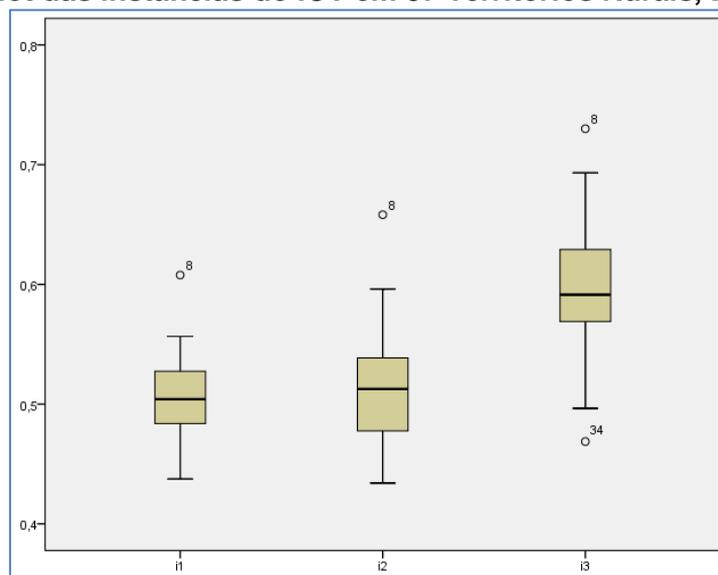
Foram entrevistadas 10,1 mil famílias rurais de 37 territórios apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, localizados em 17 Unidades da Federação e constituídos por um total de 607 municípios. A pesquisa foi conduzida por equipes de pesquisadores pertencentes a 27 Universidades Públicas que em parceria com o MDA e o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –(CNPq), avaliaram a estratégia de desenvolvimento territorial utilizando para isto o ICV aqui discutido e outros indicadores do Sistema de Gestão Estratégica desse Ministério.

A continuação detalham-se alguns dos resultados obtidos a partir do cálculo do ICV, em particular os relacionados com a percepção positiva dos efeitos do desenvolvimento e sua relação com a diversificação das fontes de renda.

Percepção positiva sobre os efeitos do desenvolvimento face às demais instâncias e baixa avaliação dos serviços institucionais

Os resultados da terceira instância do índice – efeitos do desenvolvimento – tiveram resultados destacadamente mais positivos que as duas primeiras (fatores e características). Respectivamente, as instâncias tiveram médias de 0,51, 0,52 e 0,59 o que indica que os efeitos do desenvolvimento, que incluem alimentação, saúde, mudanças nas situações econômica e ambiental, permanência dos membros da família na propriedade e participação comunitária, foram avaliados mais positivamente (Figura 1).

Figura 1: Box-Plot das instâncias do ICV em 37 Territórios Rurais, Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs.

Entre os indicadores primários desta instância chama particular atenção que o melhor avaliado foi a permanência dos membros na família na unidade de produção, 0,75 e o indicador que teve média pouco abaixo do ponto médio (0,46), foi a participação cultural.

Nas outras duas instâncias, mais indicadores primários ficaram abaixo de 0,5. Quatro na primeira – fatores do desenvolvimento – e três na segunda – características do desenvolvimento. Foram eles, na primeira instância: condições de acesso aos mercados (0,48), acesso a políticas públicas (0,39), acesso a crédito e assistência técnica (0,35) e presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural (0,47). Esses são os aspectos com as piores avaliações, indicando que nos Territórios Rurais ressentem-se da falta de assistência e do Estado.

No caso da segunda instância, características do desenvolvimento, as piores avaliações foram sobre renda familiar (0,49), diversificação da produção agrícola (0,43) e diversificação das fontes de renda familiar (0,35). Assim, as maiores carências referem-se realmente à renda. Isso explica a alta incidência de fontes combinadas de renda e a importância das aposentadorias, pensões e dos programas de transferência de renda, muito frequentes como a segunda fonte.

Portanto, a despeito das fragilidades em aspectos dos fatores e das características do desenvolvimento, percebe-se uma avaliação mais marcadamente positiva em relação aos efeitos, elevados, sobretudo devido ao aspecto da permanência dos membros da família.

Diversificação das fontes de renda das famílias com produção rural

Das 10.106 famílias entrevistadas, 7.964 tinham algum tipo de produção: 5.849 eram de agricultura familiar e 2.115 de produção não familiar. Os domicílios sem produção somaram 2.142 casos. Conforme antes indicado, o foco desta análise são as 7.964 propriedades que tinham algum tipo de produção, que representam 79% da amostra.

No aspecto das fontes de renda a atividade rural tem um significativo peso em mais de 80% dos domicílios, mas associada com frequência a outras fontes, por isto foram feitas diversas comparações na busca de fatores de diferenciação, como também foram estudados os domicílios que tinham como fonte de renda exclusivamente a atividade rural própria, que representam 8% dos que tinham produção e 7% da amostra total. Com isto buscou-se caracterizar esses domicílios em relação aos demais e as diferenças entre os agricultores familiares e os produtores não familiares.

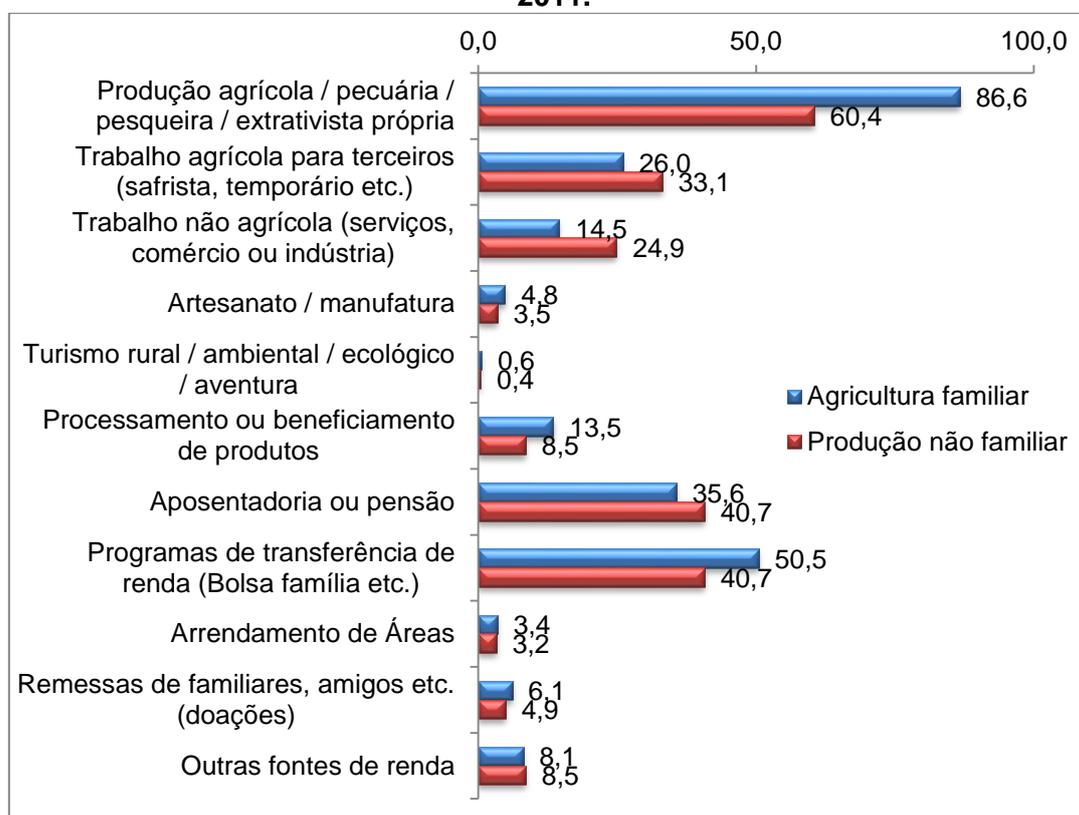
De outro lado, verificaram-se as características da produção e da renda dos domicílios, a partir de questionamentos quanto ao papel e à importância das aposentadorias, dos programas de transferência de renda do governo e da própria produção

agropecuária ou extrativista; quais seriam os aspectos que distinguem a pequena parcela de produtores que vivem exclusivamente do que produzem; e qual a relação entre as fontes de renda e as condições de vida dos domicílios com produção. Essas foram algumas questões para a quais se tentará buscar, se não respostas, indícios que permitam compreendê-las.

Origens da renda em dinheiro das famílias

Como se pode apreciar na Figura 2, a renda proveniente da produção agropecuária ou extrativista foi a mais indicada nos dois tipos de segmentos, mas entre os agricultores familiares foi muito mais incidente: 87% contra 60% dos não familiares. Já a renda de trabalho agrícola para terceiros e trabalho não agrícola ocorre mais entre os não familiares.

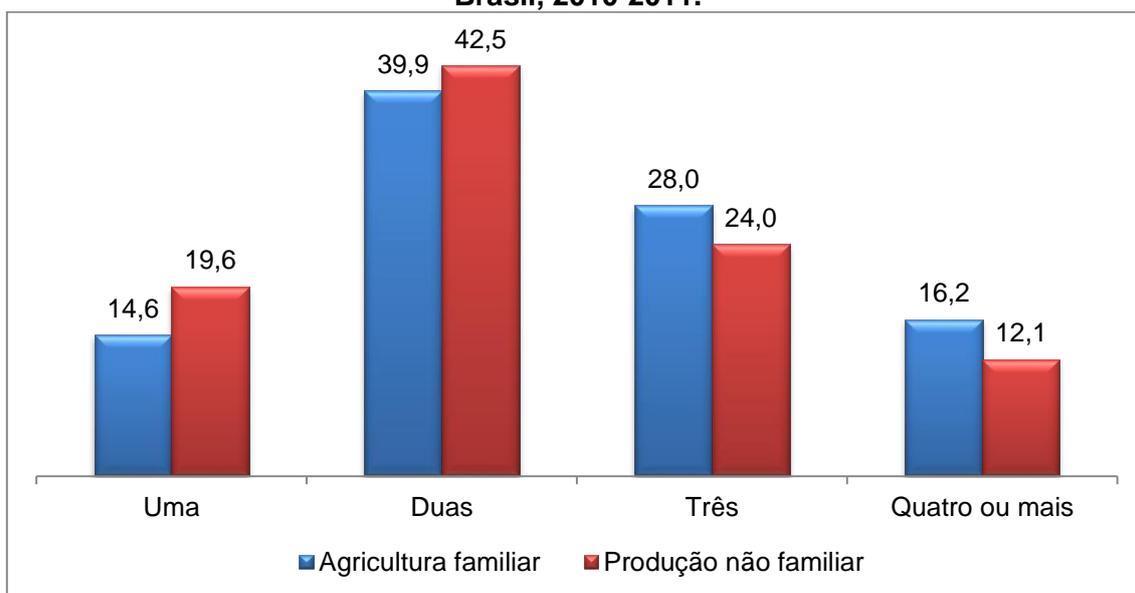
Figura 2: Fontes de renda da família por segmento (em percentuais), Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs

Rendas de aposentadoria ou pensão também estão mais presentes entre os não familiares, enquanto os programas de transferência de renda estão presentes em mais da metade dos casos de agricultura familiar. Em média, nos domicílios de agricultura familiar há 2,5 fontes de renda, enquanto os não familiares indicaram 2,3 fontes. Embora próximos, esses resultados são distintos estatisticamente, ou seja, os agricultores familiares indicaram mais fontes de renda do que os não familiares. A Figura 3 reflete esse resultado: as

menores quantidades de fontes de renda (uma ou duas) foram mais frequentes entre os não familiares; as maiores quantidades de fontes de renda, três ou mais, ocorreram entre os produtores familiares.

Figura 3: Quantidade de fontes de renda por tipo de segmento (em percentuais), Brasil, 2010-2011.

Fonte: SGE/CAIs

A percepção sobre a variabilidade das fontes de renda está associada ao tipo de segmento. Entre os produtores não familiares foi mais frequente a percepção sobre a pouca variação das fontes de renda em dinheiro: 67% consideraram pouco ou nada variadas suas fontes de renda. Dos agricultores familiares, percentual menor, 62%, teve a mesma percepção. A opinião inversa, que as fontes são variadas ou muito variadas, ocorreu segundo 17% dos familiares e 15% dos não familiares. Logo, a percepção agregada sobre a variabilidade das fontes de renda segue a lógica dos dados.

A avaliação da situação de renda da família, em uma escala de péssima até ótima, teve concentrações um pouco diferentes em função do tipo de segmento. As avaliações negativas – ruim e péssima – foram parecidas, somando 27% e 25% das respostas entre os agricultores familiares e não familiares, respectivamente. Já a avaliação como regular foi mais frequente entre os familiares, 48% contra 44% para os não familiares. E as avaliações positivas – ótima e boa – representaram 25% dos familiares e 31% dos não familiares. A associação dessa percepção com o segmento foi significativa, confirmando as diferenças. Desse conjunto de resultados depreende-se que os agricultores familiares estão relativamente menos satisfeitos com a situação de renda de suas famílias.

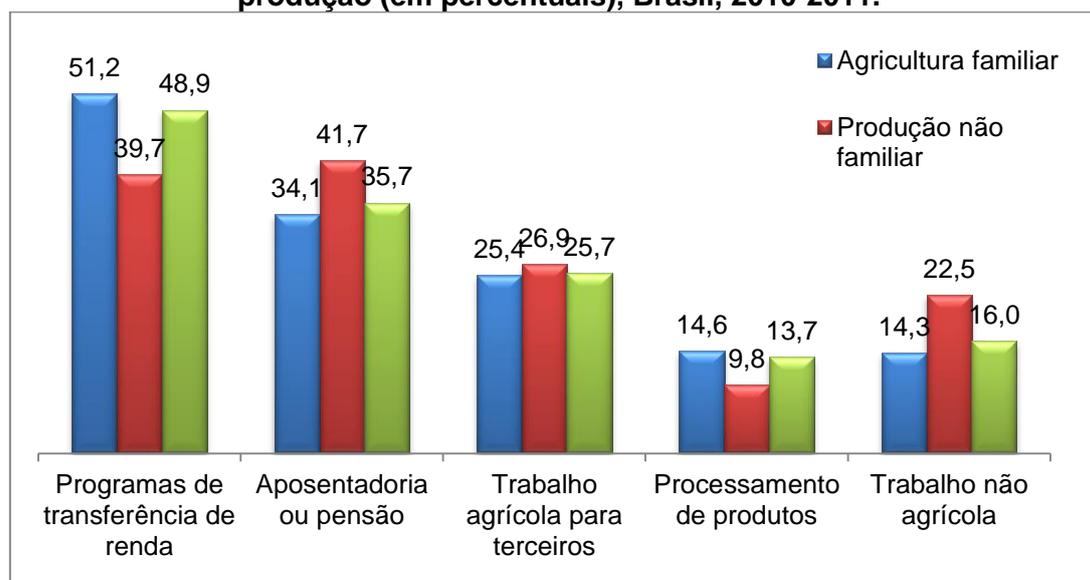
As fontes de renda ocorrem conforme se espera. O trabalho agropecuário ou extrativista na propriedade é mais frequente entre os familiares e o trabalho para terceiros, entre os não familiares. Como os domicílios de produção familiar são mais carentes de estrutura e possuem famílias um pouco mais numerosas, pode-se supor que são economicamente mais carentes, o que explicaria a maior incidência de programas

governamentais de transferência de renda, a quantidade maior de fontes de renda e a menor satisfação com a situação econômica da família.

Grande parte dos domicílios com produção indicou mais de uma fonte de renda: 84% do total, 85% dos agricultores familiares e 80% dos não familiares. Quando possuíam renda de uma única fonte, caso de 1.247 domicílios (16%), a mais comum foi justamente a produção rural (668 domicílios ou 53% dos 1.247 e 8% do total com produção, 7.959). A segunda renda exclusiva mais frequente foi a aposentadoria ou pensão: 252 famílias (20% das que tinham apenas uma renda e 3% do total com produção). O trabalho agrícola para terceiros como renda única ocorreu em 141 domicílios (11% dos que possuíam apenas uma renda e 2% do total com produção).

A Figura 4 demonstra esses resultados, esclarecendo que a associação do trabalho rural próprio com outras fontes de renda não apresentadas no gráfico³ tiveram menos de 10% de ocorrências, tanto no total de domicílios quanto por tipo de segmento.

Figura 4: Associação do trabalho rural próprio com outras atividades por sistema de produção (em percentuais), Brasil, 2010-2011.



Fonte: SGE/CAIs.

Percebe-se pela figura anterior que há diferenças de concentração das fontes de renda associadas à atividade rural entre os segmentos familiar e não familiar. Entre os agricultores familiares, a maioria está associada a programas de transferência de renda (51%), confirmando uma situação de carência material mais forte entre estes. Em segundo lugar aparecem as aposentadorias ou pensões (34%). Já os produtores não familiares estão em situação invertida: a renda de aposentadoria ou pensão é mais presente do que os programas de transferência de renda (42% e 40%, respectivamente).

³ Artesanato ou manufatura; Turismo; Arrendamento de áreas; Remessas de familiares; Outras fontes.

Outra diferença está no processamento ou beneficiamento de produtos, mais recorrente entre os agricultores familiares, 15% contra 10% entre os não familiares; e a ocorrência mais forte de trabalho não agrícola entre os não familiares como outra fonte de renda, 23% contra 14% entre os domicílios de agricultura familiar.

Domicílios com renda somente da produção agropecuária ou extrativista

Foram 8% do total, 668 casos entre os 7.959 com produção⁴. Desses, 555 eram de agricultores familiares e 113, de produtores não familiares. Assim, 10% dos agricultores familiares e 5% dos não familiares tinham apenas uma fonte de renda e essa fonte era a produção agropecuária ou extrativista.

O que é produzido nos domicílios com renda exclusiva de atividade rural própria, em 71% dos casos, destina-se ao consumo e à venda. Dos demais domicílios, 56% indicaram a mesma destinação da produção. Por outro lado, os que produziam apenas para consumo foram 20% dos domicílios destacados contra 40% dos demais. Assim, os que auferiam renda exclusivamente da atividade rural eram mais incidentes na comercialização de sua produção.

Ao comparar algumas percepções de domicílios de renda exclusiva de atividade rural própria e os demais domicílios, que possuem, em média, 2,6 fontes de renda, a percepção sobre a variabilidade das fontes de renda, em uma escala que foi de nada variadas até muito variadas, foi distinta na comparação entre os domicílios com renda exclusiva de atividade rural e os demais. A principal discrepância ocorre na concentração de respostas na categoria *nada variadas*, muito maior entre os domicílios de renda exclusiva da atividade rural, o que está de acordo com a lógica. Ainda assim, 28% desses domicílios consideraram que as fontes de renda são mais ou menos variadas, variadas ou muito variadas.

Na comparação da variabilidade das fontes de renda por tipo de segmento, no grupo de renda exclusiva de atividade rural própria não se detecta associação entre familiares e não familiares. A concentração na percepção de que as fontes de renda não são nada variadas foi forte nos dois segmentos. Dos agricultores familiares, 29% avaliaram que suas fontes de renda não são nada variadas e 34% dos não familiares responderam da mesma forma.

Já a percepção sobre a situação econômica da família nos domicílios com renda exclusiva de atividade rural própria, em uma escala de péssima até ótima, observa-se que os agricultores familiares foram mais críticos: para 25% deles, a situação era ruim ou péssima. Dos produtores não familiares, 21% tiveram essa percepção. Neste caso houve

⁴ A pergunta sobre as fontes de renda foi feita apenas aos domicílios que tinham algum tipo de produção.

associação significativa, com avaliações piores mais concentradas entre os agricultores familiares.

Domicílios que não indicaram a atividade rural como fonte de renda

Neste caso, detectou-se 13% dos agricultores familiares e 40% dos produtores não familiares. Essa primeira comparação já indica o quanto a atividade rural está mais presente nos domicílios de agricultura familiar. No conjunto, em 45% desses casos há renda de aposentadoria ou pensão; e em 47%, os programas de transferência de renda. Em terceiro lugar aparece o trabalho agrícola para terceiros (40%) e, em seguida, o trabalho não agrícola (24%). Portanto, as principais fontes de renda (aposentadoria ou pensão e programas de transferência de renda) se mantêm entre os que não possuem renda da atividade rural.

Desagregando por segmento, verifica-se que nos dois casos a maior incidência também ocorre nos programas de transferência de renda e nas aposentadorias ou pensões. Entretanto, conformam mais da metade dos agricultores familiares, que também apresentam atuação no trabalho não agrícola bem menor do que os produtores não familiares. Outro destaque é quanto à presença bem maior dos não familiares no trabalho agrícola para terceiros.

Dos agricultores familiares que possuem apenas uma fonte de renda, 50% eram de aposentadoria ou pensão e 24%, de transferências governamentais. Para 40% dos que tinham renda de aposentadoria ou pensão, essa era a única fonte de renda. Os programas de transferência como única fonte de renda eram o caso de 19% dos agricultores familiares.

No caso dos produtores não familiares com apenas uma fonte de renda, 37% indicaram aposentadorias ou pensões; em segundo lugar aparece o trabalho agrícola para terceiros (34%), seguido do trabalho não agrícola (14%) e só depois aparecem as transferências governamentais (9%). Tomando os produtores não familiares com renda de aposentadoria ou pensão, para 34% era a única fonte. As transferências de renda do Governo eram a única fonte de 7% dos produtores não familiares.

A combinação de aposentadoria ou pensão com transferências governamentais foi o caso de 15% dos agricultores familiares e de 12% dos produtores não familiares. Essa foi a combinação mais comum entre fontes de renda nos dois segmentos, quando não havia renda de produção rural própria.

Em suma, também entre os domicílios sem renda de atividade rural repete-se a importância das aposentadorias ou pensões e das transferências governamentais, especialmente entre os agricultores familiares. Para os produtores não familiares,

entretanto, o trabalho agrícola para terceiros e as atividades não agrícolas foram outras importantes fonte de renda, mais do que os programas de transferência de renda.

Deve-se ressaltar que as famílias sem produção vivem sobretudo de aposentadorias, pensões e programas de transferência de renda, concentrando portanto situações econômicas menos favoráveis que se refletem nos resultados aqui apresentados. Entretanto, sobressai-se um aspecto. A comparação entre os agricultores familiares e os produtores não familiares é desfavorável aos primeiros.

Entre os domicílios com produção, os de agricultura familiar possuem famílias maiores e contêm mais membros que trabalham exclusivamente na propriedade. No caso da produção não familiar, há mais membros da família no trabalho apenas fora do domicílio. As características dos domicílios também constituíram um ponto de diferenciação. Entre os agricultores familiares detectou-se um pouco mais de carências estruturais, como menos banheiros internos, geladeiras e outros.

A renda de trabalho agropecuário ou extrativista na propriedade é mais frequente entre os familiares, enquanto a de trabalho agrícola para terceiros predominou entre os não familiares. A maior incidência de programas governamentais de transferência de renda, a quantidade maior de fontes de renda e a menor satisfação com a situação econômica da família coadunam com um estado de carência econômica mais forte entre os agricultores familiares, de famílias mais numerosas e ausência maior de itens de estrutura nos domicílios.

Predominaram as fontes de renda combinadas, sendo a atividade rural a mais frequente nos dois segmentos, familiar e não familiar. As duas principais fontes adicionais foram os programas governamentais de transferência de renda e as aposentadores ou pensões. A renda de benefícios públicos, portanto, destaca-se não apenas pela presença forte, mas como importante complementação, já que a principal fonte de renda é mesmo a atividade rural no domicílio, seja ele de produção familiar ou não.

Considerações finais⁵

Os resultados obtidos a partir do cálculo do ICV indicam, *a priori*, que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos de desenvolvimento. Há, segundo a percepção das famílias entrevistadas, uma baixa disponibilidade de bens ou mercadorias (intitamentos) para atingir certos fins, mas sua percepção sobre os efeitos do desenvolvimento é positiva.

⁵ Algumas das considerações registradas neste aparte, sobretudo em relação ao índice ICV e a avaliação por percepções foram trazidas textualmente do relatório preparado por Maria Inez Telles Walter (2012) para ser apresentado ao MDA com análises sobre a sensibilidade do índice.

Em relação aos elementos de conversão dos intulamentos em capacitações e funcionamentos (características do desenvolvimento), chama atenção que as famílias consideram pouco variadas as fontes de renda com uma avaliação péssima o ruim sobre a situação da mesma (27 e 25% para agricultura familiar e não familiar respectivamente) e regular para 48% dos agricultores familiares contra 44% dos não familiares.

Estes resultados que, numa primeira aproximação, poderiam ser qualificados como contraditórios, podem estar relacionados com as diferentes percepções dos indivíduos sobre seus ativos e capitais e com o exercício de sua autonomia para utilizar esses recursos em busca de alcançar suas realizações.

Na terceira instância do ICV, ligada às realizações das pessoas ou das famílias, pode-se destacar a avaliação marcadamente positiva, mas influenciada, sobretudo, pela permanência dos membros da família. A partir dos dados poderia se pensar que esta condição levaria a uma maior disponibilidade de mão de obra e, em consequência, a uma melhora na produção. Mas, pelo contrário, as equipes das Universidades constaram durante a aplicação dos questionários, uma ampla presença de aposentados rurais, disponibilidade significativa de rendas não agrícolas, bem como a ausência e saída dos jovens do campo. Frente a este fato é possível arriscar como conclusão que as pessoas entrevistadas valoram positivamente o fato de seus filhos migrarem para as cidades em busca de qualificação ou empregos urbanos, sem ser percebido o que este fato implica para a sucessão geracional e manutenção dessas famílias no meio rural.

De outro lado, é importante mencionar que, no Brasil, a baixa idade é um traço marcante da pobreza rural (BUAINAIN; DEDECCA, 2013). Conforme estes autores, famílias mais pobres tendem a ser aquelas que se encontram num “ciclo de vida” inicial, comparadas com famílias que se encontram na fase final do mesmo. O paradoxal destes dados está em que para sair da pobreza seria necessário atingir a idade mínima de aposentadoria e, de outro lado mostram a baixa eficácia dos mecanismos de transferência de renda para retirar as famílias mais pobres da pobreza por renda.

Para melhor entender as análises dos resultados obtidos no cálculo do ICV é importante frisar que este é um indicador medido a partir das percepções do segmento social em foco. Logo, denota as condições percebidas, e não a partir de estatísticas ou indicadores objetivos, também chamados de indicadores absolutos. No caso da pobreza, por exemplo, os indicadores absolutos representam como pobre o indivíduo que possui menos que o mínimo objetivo e absolutamente definido como necessário. Indicadores relativos apontam como pobre aquele que possui menos que seus pares na sociedade. No caso dos indicadores subjetivos, o indivíduo é pobre se ele mesmo julgar que não tem o suficiente para viver. Neste caso, pessoas em condições objetivas semelhantes podem avaliar diferentemente sua própria situação (MAIA; BUAINAIM, 2011).

Por exemplo, alguns dos coordenadores das equipes que realizaram a pesquisa surpreenderam-se com os resultados medianos obtidos em situações consideradas de extrema pobreza. E o mesmo ocorreu em contextos não tão desfavoráveis no centro-sul brasileiro, levantando dúvidas sobre a sensibilidade do ICV para captar e diferenciar situações objetivas tão díspares. Entretanto, há estudos que indicam o descolamento entre indicadores sociais objetivos e subjetivos de qualidade de vida, em que *“não necessariamente pessoas sofrendo maior privação material reportam menor satisfação com suas vidas”* (MAIA; BUAINAIM, 2011, p.5).

Outro trabalho que menciona a dissociação entre percepção e condições objetivas pontua que está bem documentada a *“evidência empírica internacional de que existe um descasamento entre indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida, pelo menos no que tange aos domínios materiais da existência humana”* (PESSOA; SILVEIRA, 2009, p.7)⁶. Repete-se a constatação empírica de que não necessariamente pessoas que sofrem maior privação material reportam menor satisfação com suas vidas, e que diferenças culturais e psicossociais podem levar a que indivíduos, famílias e sociedades em condições de vida desiguais possam declarar-se igualmente satisfeitos com suas vidas.

A percepção sobre as próprias condições é relativa, e diz respeito à avaliação subjetiva do grupo social de referência. Em geral as pessoas se comparam a outras do grupo social do qual fazem parte. Segundo isto, há associação da percepção com diferenças nas expectativas sobre suas condições tendo como base seu próprio contexto. Esta é a tese que aqui se defende. Pessoa e Silveira (2009) citam estudo no qual se conclui que uma elevação no nível de renda desloca a expectativas e aspirações para cima. Trata-se da aplicação da clássica hierarquia das necessidades de Maslow, segundo a qual a satisfação das necessidades básicas (fisiológicas, de sobrevivência) eleva o grau de necessidade para aspectos mais elaborados (ou menos imaturos), como, nessa ordem, a segurança, a associação interpessoal, estima e auto-realização. Apesar das críticas à rigidez da disposição piramidal e sequencial das necessidades de Maslow, os resultados dos 24 indicadores primários do ICV indicam que as condições de vida estão assimiladas como razoáveis pelo segmento amostrado. E que a perplexidade dos pesquisadores baseia-se justamente em expectativas distintas das presentes nessa fatia da população rural. Pode-se até supor que haja necessidades básicas a atender para que se desloquem as expectativas para patamares mais elevados. Ou então não seria apenas isso, sendo fundamental refletir sobre os aspectos culturais.

⁶ Neste texto os autores utilizam o conceito de condições de vida no sentido objetivo, considerando emprego, consumo, habitação, etc., enquanto a qualidade de vida é que incorpora questões subjetivas, sobre como as pessoas se sentem em relação às suas vidas. Ainda assim vale o argumento da dissociação entre esses dois construtos, que é o objetivo desta reflexão.

Um entrevistado do Rio Grande do Sul declarou que seu nível educacional (básico) era suficiente para o que ele precisaria para trabalhar e viver. Como não se trata de alguém em condição de miséria material, essa afirmação ilustra à perfeição o imobilismo que decorre da limitação de horizonte, não só material, mas sobretudo cultural.

Os resultados desta pesquisa sinalam aspectos que, sem dúvida, devem ser considerados como portas de entrada a análises mais aprofundadas sobre a percepção das famílias rurais sobre suas condições de vida. A equipe da Universidade Federal de Rio Grande do Sul sugere fazer um estudo de representações sociais com a população dos Territórios Rurais (UFRGS, 2011). A busca desse senso comum sobre o que sejam boas condições de vida sem dúvida pode ajudar a estabelecer o lugar de onde se manifestam os segmentos amostrados.

Para Sen (2000, 2001), na abordagem de capacidades para o desenvolvimento, baseado nas liberdades, implica, oferecer a oportunidade de participação dos indivíduos e suas famílias, na configuração de seu próprio destino cuidando e fortalecendo as capacidades humanas para “ser” e “fazer”, refletindo a liberdade da pessoa para escolher seu tipo de vida.

Por fim, e em relação à continuidade na aplicação do Índice pelo MDA, esperava-se que este instrumento permitisse analisar e acompanhar as condições de vida das famílias dos territórios rurais, facilitando assim análises comparativas tanto ao longo do tempo como em territórios distintos, sem depender da disponibilidade e atualização dos dados secundários. Mas, não houve posteriormente novas aplicações ou que limitou avançar com as análises comparativas entre territórios e a definição de estratégias para atender a baixa percepção das famílias entrevistadas sobre os fatores e características do desenvolvimento.

Referências

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condições de Vida**. 2010. Mimeo.

BUAINAIN, A.; DEDECCA, C. **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional**. Brasília: IICA, 2013.

FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade do Rio Grande do Sul. **Elaboração da proposta do Índice de Condições de Vida para aplicação nos Territórios Rurais**. 2007. Mimeo.

FAVARETO, A. **Paradigmas de Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

HAIR JR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 593p.

JANNUZZI, P. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2006. 141p.

MAIA, A.; BUAINAIM, A. Pobreza objetiva e subjetiva no Brasil. **CONFINS** – Revista Franco-Brasileira de Geografia. n. 13. 2011. Disponível em <http://confins.revues.org/7301>. Acesso em: 11/1/2012.

PESSOA, M.; SILVEIRA, M. Indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida das famílias brasileiras segundo a POF de 2002-2003: um estudo sobre seus determinantes demográficos, sociais e econômicos. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nov. 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1437.pdf. Acesso em: 11/1/2012.

SCANDAR NETO, W. **Síntese que organiza o olhar**: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2006. Dissertação de mestrado. Disponível em http://www.lep.ibge.gov.br/ence/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2006/wadih_jo%C3%A3o_scandar_netto_TC.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

SCANDAR NETO, W.; JANNUZZI, P., SILVA, P. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos**: do que precisam os gestores de programas sociais? Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu/MG, 29 de setembro a 3 de outubro de 2008. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1511.pdf. Acesso em: 19 out. 2011.

SCHNEIDER, S. et al. **Relatório Analítico Célula de Acompanhamento e Informação (CAI) Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2011. Mimeo.

SCHUSCHNY, A.; SOTO, H. **Guía metodológica**: diseño de indicadores compuestos de desarrollo sostenible. Santiago: CEPAL – Colección de Documentos de Proyectos. Maio de 2009. Disponível em <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/7/36127/W255-2.pdf>. Acesso em : 18 out. 2011.

SEN, A. **Desarrollo y Libertad**. 3ª edición. Colombia: Editorial Planeta, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, D.; JANNUZZI, P. O uso da análise multicritério na construção de um indicador de condições de vida: estudo para a Baixada Fluminense. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**. v. 4, n. 2, maio-agosto/2009, p. 122-135. Disponível em <http://www.uff.br/sg/index.php/sg/article/viewFile/V4N2A3/V4N2A3>. Acesso em: 23 set. 2011.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITUOSSI, J. **Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social**. Tradução de: Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social. STIGLITZ, Joseph; SEN, A; FITUOSSI, J P. (2009). SESI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba: SESI/PR, 2012.

WALTER, M. **Estimação do ICV em 37 Territórios Rurais**, Análise de Sensibilidade. Relatório apresentado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2012. Mimeo.

Recebido para publicação em 03 de junho de 2015

Devolvido para a revisão em 24 de maio de 2016

Aceito para a publicação em 29 de maio de 2016